



Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Paraná
13ª Vara Federal de Curitiba

Av. Anita Garibaldi, 888, 2º andar - Bairro: Cabral -
CEP: 80540-400 - Fone: (41)3210-1681 -
www.jfpr.jus.br - Email: prctb13@jfpr.jus.br

**AÇÃO PENAL Nº 5030883-
80.2016.4.04.7000/PR**

AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

AUTOR: PETROLEO BRASILEIRO S A
PETROBRAS

RÉU: LUIZ EDUARDO DE OLIVEIRA E SILVA

RÉU: RENATO DE SOUZA DUQUE

RÉU: CARLOS EDUARDO DE SA BAPTISTA

RÉU: FLAVIO HENRIQUE DE OLIVEIRA
MACEDO

RÉU: PAULO CESAR PEIXOTO DE CASTRO
PALHARES

RÉU: JOSE DIRCEU DE OLIVEIRA E SILVA

RÉU: EDUARDO APARECIDO DE MEIRA

DESPACHO/DECISÃO

Trata-se de mais uma ação
penal da assim denominada Operação
Lavajato.

Em síntese, provado, acima de qualquer dúvida razoável, que Julio Gerin de Almeida Camargo, representante a empresa Apolo Tubulars, repassou R\$ 2.144.227,73, por orientação de Renato de Souza Duque, ao grupo comandado por José Dirceu de Oliveira e Silva.

Os pagamentos tinham por base o contrato 4600300851, celebrado em 16 de outubro de 2009, pela referida empresa com a Petrobrás para o fornecimento de tubos de revestimento de aço carbono.

Houve apelação ao Egrégio Tribunal Regional Federal da 4ª Região, que, manteve as condenações e alterou as penas da seguinte forma (eventos 44, 45 e 47):

"7.10. As penas de RENATO DUQUE, pela prática do crime de corrupção ativa (art. 317 do CP), resultam em 6 (seis) anos e 8 (oito) meses de reclusão, em regime inicialmente fechado, e 88 (oitenta e oito) dias-multa, à razão unitária de 05 (cinco) salários mínimos vigentes ao tempo do último ato delitivo (07/12).

7.11. As penas do réu JOSÉ DIRCEU DE OLIVEIRA E SILVA, pela prática do delito de

corrupção passiva e 118 (cento e dezoito) atos de lavagem de dinheiro, resultam em 8 (oito) anos, 10 (dez) meses e 28 (vinte e oito) dias de reclusão, em regime inicialmente fechado, e 119 (cento e dezenove) dias multa, à razão unitária de 05 (cinco) salários mínimos vigentes à época do último fato delitivo (07/12).

7.12. As penas do réu LUIZ EDUARDO DE OLIVEIRA E SILVA, pela prática do delito de corrupção passiva e 118 (cento e dezoito) atos de lavagem de dinheiro, resultam em 8 (oito) anos e 9 (nove) meses de reclusão, em regime inicialmente fechado, e 116 (cento e dezesseis) dias-multa, à razão unitária de 02 (dois) salários mínimos vigentes à época do último fato delitivo (07/12).

7.13. As penas do réu EDUARDO APARECIDO DE MEIRA, pela prática do delito de associação criminosa e 05 (cinco) atos de lavagem de dinheiro, resultam em 8 (oito) anos e 2 (dois) meses de reclusão, em regime inicialmente fechado, e 88 (oitenta e oito) dias-multa, à razão unitária de 05 (cinco) salários mínimos vigentes à época do último fato delitivo (07/12).

7.14. As penas do réu FLÁVIO HENRIQUE DE OLIVEIRA MACEDO, pela prática do delito de associação criminosa e 05 (cinco) atos de lavagem de dinheiro, resultam em 8 (oito) anos e 2 (dois) meses de reclusão, em regime inicialmente fechado, e 88 (oitenta e oito) dias-multa, à razão unitária de 05 (cinco) salários mínimos vigentes à época do último fato delitivo (07/12)".

Na data de hoje (16/05/2019), o Egrégio Tribunal Regional Federal da 4ª Região negou, por unanimidade, embargos declaratórios opostos contra acórdão proferido em embargos infringentes, pelo que exauriu-se a instância de apelo.

Não cabem mais recursos com efeitos suspensivos junto ao Egrégio Tribunal Regional Federal da 4ª Região.

Sobreveio comunicação com o acórdão proferido na data de hoje, determinando o início imediato da execução das penas, com base no precedente do HC 126.292/SP, do Supremo Tribunal Federal:

"Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, a Egrégia 4ª Seção do Tribunal Regional Federal da 4ª Região decidiu, por unanimidade

a) indeferir o pedido de reconhecimento da prescrição da pretensão punitiva formulado pela defesa de JOSÉ DIRCEU DE OLIVEIRA E SILVA, nos termos da fundamentação; b) conhecer dos embargos declaratórios opostos por FLAVIO HENRIQUE DE OLIVEIRA MACEDO e EDUARDO APARECIDO DE MEIRA, JOSE DIRCEU DE OLIVEIRA E SILVA e LUIZ EDUARDO DE OLIVEIRA E SILVA, negando-lhes provimento, nos termos da fundamentação, determinando a imediata expedição de ofício ao MM. Juiz Federal para que inicie a execução provisória da pena (item 15, acórdão da apelação, evento 47), à exceção dos condenados Eduardo e Flávio, para os quais o início da execução da pena dar-se-á, após apreciação, pelo Juízo da Execução, sobre a aplicação do indulto, nos termos do relatório, votos e notas de julgamento que ficam fazendo parte integrante do presente julgado" - grifei.

No mencionado item 15 do acórdão de apelação consta o seguinte (evento 47):

"15. Em observância ao quanto decidido pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal no Habeas Corpus nº 126.292/SP,

tão logo decorridos os prazos para interposição de recursos dotados de efeito suspensivo, ou julgados estes, deverá ser oficiado à origem para dar início à execução das penas".

Deve este Juízo cumprir o determinado pela Egrégia Corte de Apelação quanto à prisão para execução das penas.

Em relação a Eduardo Aparecido de Meira e Flávio Henrique de Oliveira Macedo Macedo, a questão relativa ao indulto será discutida nos processos 5023809-38.2017.4.04.7000 e 5023810-23.2017.4.04.7000, respectivamente, perante o Juízo de Execução.

As Defesas já formularam os requerimentos pertinentes naqueles autos.

Assim, apenas **comunique-se** o Juízo da 12^a Vara Federal de Curitiba, para ciência da presente decisão.

Em relação a Renato de Souza Duque, apenas **comunique-se** o Juízo de execução, ao qual já foi encaminhada ficha para execução provisória (cf. evento 443).

Luiz Eduardo de Oliveira e Silva já cumpre pena, em regime fechado, relativa à condenação proferida por este juízo, na ação penal 5045241-84.2015.4.04.7000.

Assim, em relação a ele, **expeça-se** ficha e **encaminhe-se** à 12ª Vara Federal de Curitiba, ficando a cargo daquele Juízo dar início a execução provisória da pena vinculada à presente ação penal.

Por fim, **expeça-se**, conforme determinado pelo Egrégio Tribunal Regional Federal da 4ª Região, mandado de prisão em face de José Dirceu de Oliveira e Silva, para início do cumprimento provisório da pena, e **encaminhe-se** à autoridade policial para cumprimento.

A Defesa de José Dirceu de Oliveira e Silva peticionou requerendo autorização para que o condenado possa se entregar na SR/PF/PR tão logo seja expedido o mandado de prisão.

Defiro, excepcionalmente o requerido.

José Dirceu de Oliveira e Silva deverá apresentar-se até as 16:00 do dia 17/05/2019 perante a SR/PF/PR.

Detalhes da entrega devem ser acertados com a autoridade policial responsável pelo cumprimento do mandado de prisão.

Não havendo acerto para entrega voluntária, a autoridade policial deverá comunicar o Juízo.

Após o cumprimento do mandado de prisão, **expeça-se** a guia de recolhimento e **encaminhe-se** à 12ª Vara Federal de Curitiba.

Ciência ao MPF, à autoridade policial, às Defesas de José Dirceu de Oliveira e Silva, de Luiz Eduardo de Oliveira e Silva, Renato de Souza Duque, Eduardo Aparecido de Meira e Flávio Henrique de Oliveira Macedo Macedo e ao Assistente de Acusação.

Documento eletrônico assinado por **LUIZ ANTONIO BONAT, Juiz Federal**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Resolução TRF 4ª Região nº 17, de 26 de março de 2010. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico <http://www.trf4.jus.br/trf4/processos/verifica.php>, mediante o preenchimento do código verificador **700006805753v2** e do código CRC **13175917**.

Informações adicionais da assinatura:

Signatário (a): LUIZ ANTONIO BONAT

Data e Hora: 16/5/2019, às 18:54:31

5030883-80.2016.4.04.7000 700006805753 .V2